

O Sertão dos Rios Piranhas e Piancó na rede dos caminhos dos sertões “ermos” do Norte, século XVIII

ANA PAULA DA CRUZ PEREIRA DE MORAES*

Durante longo tempo, as pesquisas históricas que se concentravam na compreensão do período colonial do Brasil, davam ênfase ao estudo sobre a formação social e espacial das zonas compreendidas no litoral brasileiro, especialmente em torno dos grandes centros. De alguma forma, isto se explica porque muito da pulsação política e administrativa da época fincava suas forças nesses lugares, o que também facilita a presença, ainda hoje, de um considerável contingente de documentos tecidos nesses centros ou que tratam sobre eles, existentes dentro e fora do Brasil. Entretanto, é bom frisar que boa parte das tramas sociais e lutas por domínios em torno da terra e consolidação de poderes se deu nos interiores das terras *brasilis*. E isto vem sendo explorado por diferentes historiadores que descobriram no estudo sobre os sertões, espaço vasto para a análise histórica que permite um melhor entendimento sobre a história do Brasil.

De todo modo, o termo Sertão recorda uma multiplicidade de sentidos, tanto no aspecto da etimologia, que ainda hoje é constantemente repensada, como no sentido dos seus usos que fazem menção a lugares, áreas imprecisas, rios, caminhos como Sertão de Pernambuco, Sertão de Jaguaribe, Sertão de Dentro, Sertão de Baixo, Alto Sertão, Sertão Bárbaro. Assim, para este trabalho, a idéia de sertão parte muito do sentido que esta palavra assumiu na época estuda e nos documentos onde esta é citada, logo o termo Sertão inspira-se na noção de ambiência localizada no interior distante do litoral conhecido, portanto, uma terra por se conhecer melhor na perspectiva de domínio e controle. Um espaço vasto que a Coroa Portuguesa almejava conquistar pelas possibilidades de benefícios, seja de riquezas minerais, seja de ampliação de territórios conquistados e número de súditos e fazendas da Coroa.

Logo, nessa vastidão de terras ditas “indômitas”, “assustadoras”, desponta o objeto deste estudo, o Sertão do Rio Piranhas¹, pertencente à Capitania da Paraíba do Norte que, no século XVIII, tinha sua área de influência política e administrativa baseada na Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó, hoje conhecida como a cidade de Pombal – PB.

* Doutoranda em História Social – UFC; Professora de História do IFPB – Campus Cajazeiras.

¹ A nomeação desse sertão também surge na documentação como “Sertão de Piranhas e Piancó”, “Sertão das Piranhas” e “Sertão de Piancó”.

Não é de se estranhar que, no contexto da sua ocupação, esse sertão era composto também com a agregação dos sertões centrados em outros rios que eram afluentes do Rio Piranhas² como os Rios do Peixe, Seridó, Espinharas e Rio Piancó (cf. Figura 1).

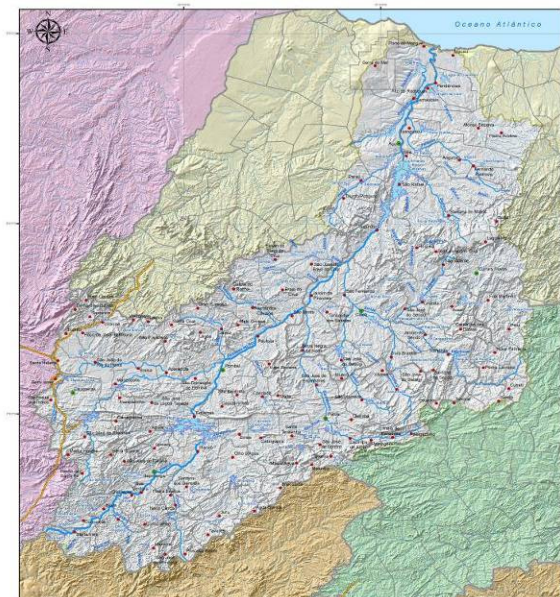


Figura 1 – Bacia Hidrográfica “Rio Piranhas – Açu” (atual)

A Coroa Portuguesa, desde o início do processo de colonização nos litorais, já se preocupava com os caminhos internos, pois, continuamente o traslado via rotas marítimas apresentavam seus problemas como a falta de correntes ou monções e ventos que perturbavam as direções das naus. Portanto, em tempos de perigos internos e externos, como foram os tempos coloniais, como era o caso da presença de corsários estrangeiros em diferentes capitanias da colônia, como foi o caso de franceses no Maranhão, levavam a uma orientação da coroa em ordenar que se consolidassem vias que possibilitassem as quebras de isolamento dos sertões e a constituição de meios alternativos e mais curtos de ligações entre os litorais e os interiores, especialmente, das capitanias do Maranhão e Grão-Pará (cf. Figura 2), para onde as viagens marítimas apresentavam grandes empecilhos causados pela própria natureza.

² O Rio Piranhas, na sua parte baixa, ficada no Rio Grande do Norte, era chamado de Assú.



Figura 2 - Carte du Brésil, Première Partie: Depuis la Rivière des Amazones jusqu'à la Baye de Tous les Saints Jean Baptiste Bourguignon D'Anville, 1746.

Nesse contexto, o Sertão de Piranhas e Piancó passa a ter uma posição estratégica no processo de consolidação das conquistas das forças forasteiras colonizadoras dos interiores da América Portuguesa, já que esse sertão estava localizado no extremo oeste da Capitania da Paraíba do Norte, envolvido com os limites das Capitâncias do Siara, do Rio Grande e Pernambuco (cf. Figura 3), tornando-se ponto de passagem e circulação de criações de gado que iam e vinham para os lugares de mercado e pastagens.

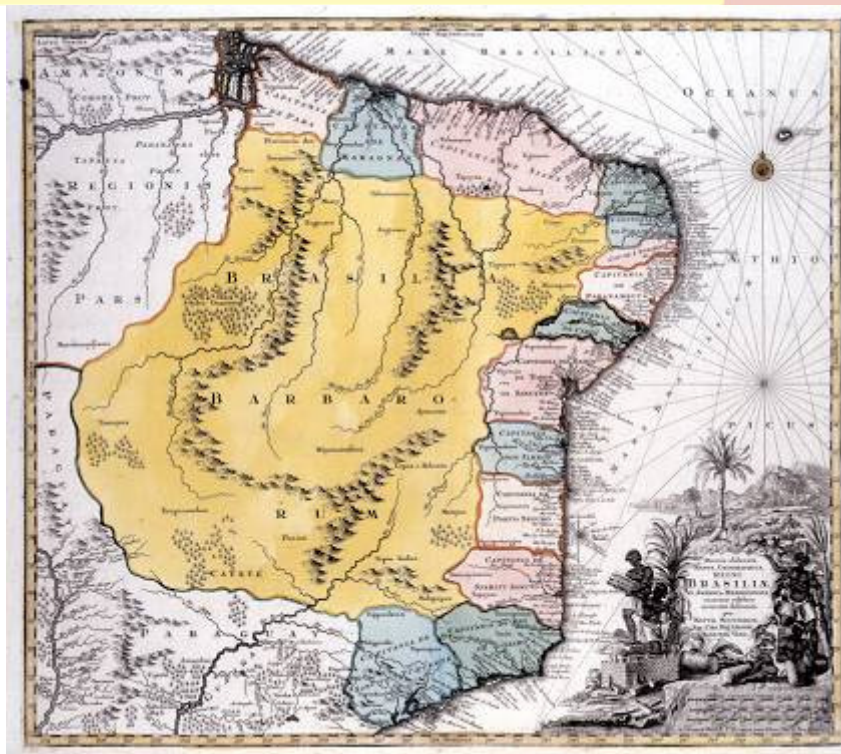


Figura 3 - Recens Elaborata Mappa Geographica Regni Brasiliae in America Meridionali George Matthäus Seutter, 1740.

Isto se deu porque no interior do nordeste da colônia, formaram-se estradas sobre as quais percorriam sujeitos colonizadores dos espaços ermos (despovoados ou não) dos sertões e, ao mesmo tempo, circulavam produtos da indústria criatória de modo, entrando ou saindo dos interiores, cujos exemplos destes caminhos que fortaleciam a comunicação com os sertões do norte (nordeste) estavam a “Estrada Nova das Boiadas” e a “Estrada das Boiadas” mencionadas por Sturdut Filho (1937) onde ambas apresentavam trechos de conexão com a Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso, pois, estas acabavam fazendo ligações com a “Estrada Crato-Piancó”.

A “Estrada Nova das Boiadas” iniciava em Pau dos Ferros e seguia por Pereiro até chegar ao Jaguaribe e depois pelo Riacho do Sangue buscava o sentido nordeste até atingir Quixeramobi, de onde se dividia em dois sentidos, um seguindo para Independência, Crateús até atingir o Piauí através do Boqueirão do Potí, enquanto a outra bifurcação, seguia para Sobral. A segunda estrada, a “Estrada das Boiadas”, também remontava a primeira metade do dezoito e nos documentos recebia diferentes nomes como “Estrada que passa para o Piauí”, “Caminho dos Inhamuns”, “Estrada do Pernambuco” e passava pelos trechos do Icó, Iguatu, S. Mateus, Saboeiro, Arneirós e Tauá, de modo que, através do Boqueirão do Umarí, atingia

a “Estrada Real da Paraíba” (STURDAT FILHO, 1937) que seguia das povoações do Sertão de Piranhas e interligava o extremo oeste da Paraíba até Itabaiana e de lá seguia rumo à Recife, passando pelas feiras de gado de Goiana e Igarassú (cf. Figura 4).

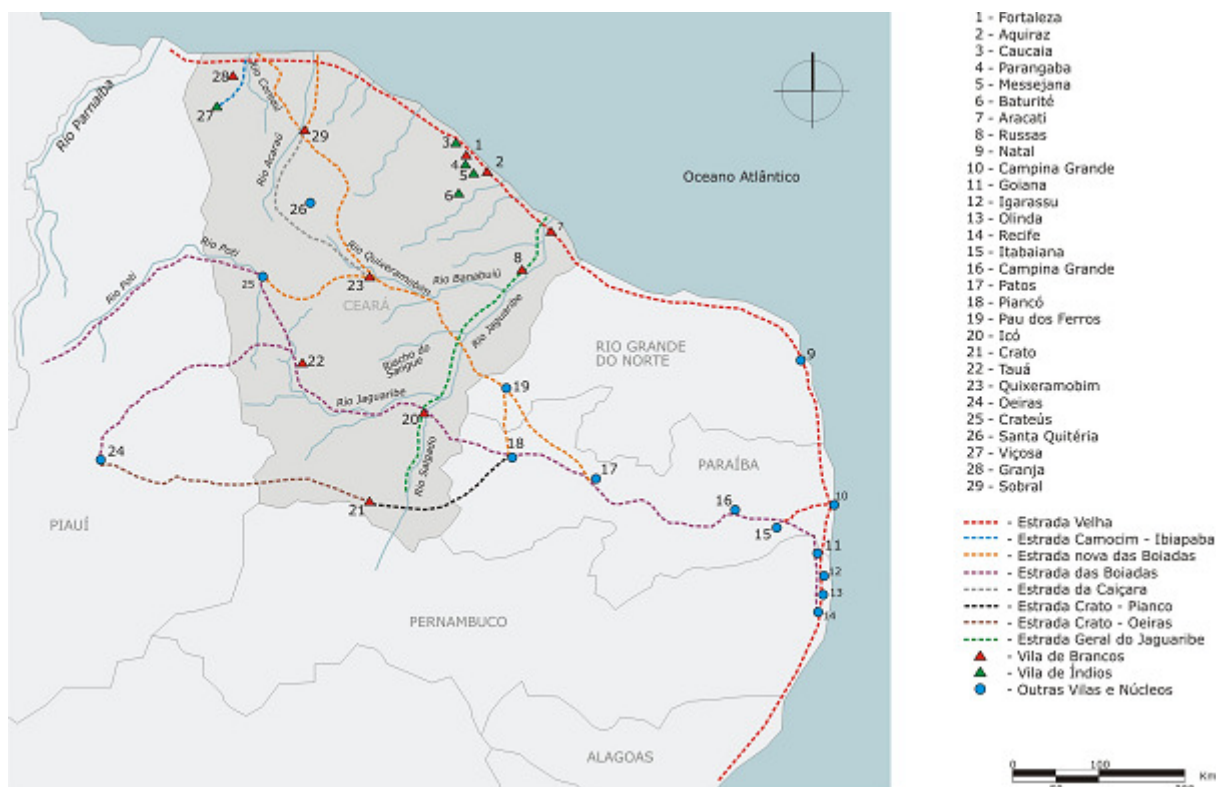


Figura 4 - As estradas das boiadas. Fonte: JUCÁ, 2007: 10.

Diante do exposto, pode-se perceber a existência da intercomunicação entre os diferentes espaços sertanejos no norte da colônia portuguesa, onde, o Sertão do Rio Piranhas e Piancó estava articulado com as vias de comunicação colonial da Capitania do Ceará, tornando-se um ponto estratégico de ligação do litoral com os sertões mais distantes do norte, e portanto, uma importante área de difusão da presença do Estado Português e do fluxo de mercadorias, seja cana, gado ou outros produtos vindos dos centros maiores. Esta caminho “Crato-Piancó” foi descrito por Studart Filho (1937: 38), como

Vindo de Patos, onde entroncava na tradicional estrada de Espinharas, o remoto caminho rural que furava as campinas e os tableiros da Paraíba, rumo do Piancó; cruzava Misericórdia e Conceição, transpunha os últimos corcovos meridionais das serra do Cachorro-Morto, avançando em procura de Mauriti, Missão-Velha e Crato [...] Estimulo forte do aumento de sua capacidade de transporte foi igualmente a frequência de boiadas piauienses que por ella marchavam para as feiras de Paraíba e Pernambuco.

Articulando-se com os centros do litoral da Capitania da Paraíba e do Pernambuco, do Sertão dos Rios Piranhas e Piancó saíam duas estradas: a Estrada do Seridó e a Estrada de Espinharas, esta última já mencionada por Studart Filho (1937). Segundo Irineo Joffily (1977 [1892]: 225), estas eram as “duas grandes arterias do sertão”.

[Partindo do que hoje conhecemos como Campina Grande, PB] A primeira tomava o rumo do noroeste, passando pelos logares onde hoje estão as povoações de Pocinhos e São Francisco e territoria adjacente à de Pedra Lavrada, onde descia a Borborema (fralda occidental), dava no rio Seridó [afluente do Rio Piranhas], e acompanhando-lhe as margens penetrava na capitania do Rio Grande do Norte até os sertões do baixo Piranhas e Apody. [...] A estrada de Espinháras tomava a direção do oeste passando por grandes travessias; tocava na pequena ribeira de Santa Rosa, a dez leguas, e nove mais adiante na povoação dos Milagres, no rio Taperoá; e acompanhando mais ou menos as margens deste rio, tocava na lagoa do Batalhão, e descendo a Borborema seis leguas além dava nas aguas do rio Pirnháras ou Espinháras, que acompanhava até o lugar onde é hoje a villa dos Patos. Ahi dividia-se estrada; a esquerda dirigia-se para o Piancó, tendo um desenvolvimento de cêrca do 40 leguas até os confins da respectiva ribeira; à direita seguia em linha recta para povoação das Piranhas, depois villa e cidade de Pombal; continuando para Souza, no rio do Peixe, passaria depois mais ou menos proximo aos lugares hoje ocupados pela villa de São João do Rio do Peixe e cidade Cajazeiras, em seguida penetrava na capitania do Ceará, onde subdividia-se servindo a todo o valle dos Carirys-Novos e sertões do Icó, Inhamúns e Crateús, por onde entrava na capitania do Piauhy (JOFFILY, 1977 [1892]: 225-226).

Importante lembrar também que os sertões do Pernambuco e da Bahia se coligavam com os Sertões do Piancó, através das margens do Rio São Francisco que tinha como um de seus afluentes o Rio Pajeú que, por sua vez, se avicinava das nascentes do Rio Piancó, grande afluente do Rio Piranhas. Este caminho foi utilizado pelas incursões das tropas da Casa da Torre, pertencente a família D'Ávila. Segundo Wilson Seixas (1975), antes das investidas dos colonizadores que vieram pelo caminho que ligava o litoral ao sertão no sentido leste-oeste da Capitania da Paraíba, a Casa da Torre já estava fincada nos sertões do Rio Piranhas, instaurando uma “rede de integração territorial”. Pois,

foi ela [a casa da Torre] quem primeiro abriu caminho nos descampados e misteriosos sertões da Paraíba. Foi ela igualmente a primeira a ocupar as terras do Piancó, Piranhas e Rio do Peixe, a partri de 1664, quando o coronel Francisco Dias d'Ávila, transpondo o S. Francisco, subiu o Rio Pajeu, afluente do grande rio nordestino, daí se comunicando com a bacia do Piranhas³ (SEIXAS, 1975: 65).

³ Transpondo a partir do Sertão da Capitania do Pernambuco, a Serra dos Cariris Velhos, na parte mais conhecida hoje como a Serra de Princesa (Serra do Padre ou Serra do Catolé), podia-se fazer a passagem do

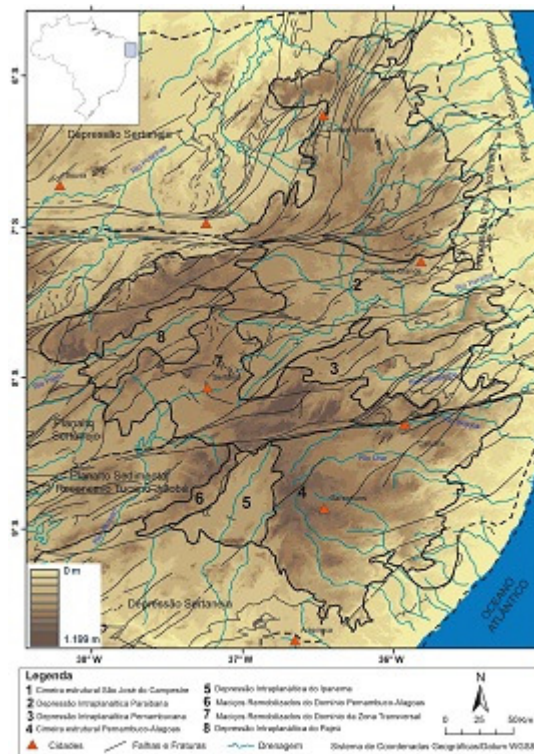


Figura 5 - Compartimentação megamorfológica do Planalto da Borborema (Fonte: CORRÊA, 2010: 45).

Esses caminhos abertos pelos conquistadores e pelo gado concorriam para a configuração de uma rede de interligação terrestre entre os diferentes sertões faziam parte das capitanias anexas ao Pernambuco. E estas precisavam ser controladas, inclusive porque exista a presença de holandeses nos interiores, desde o século XVII, especialmente às margens do Açu (o Rio Piranhas nas terras do Rio Grande). No ano de 1750, o “Padre Antônio Saraiva da Silva e seus irmãos, moradores no Piranhas” informaram que “a custa de sua fazenda descobriram umas terras de plantar entre os providos das Piranhas, na serra chamada pela língua do gentio Pequixaco e na Branca, serra do sertão que corre do poente para o nascente”, no momento do pedido, diziam que as terras estavam devolutas, mas que nelas “antigamente esteve um situação de flamengos”⁴. Esta é uma pequena amostra da presença constante dos holandeses nos interiores das capitanias anexas ao Pernambuco e, inclusive, ficaram registradas as memórias, intitulada “Viagem ao País dos Tapuias”, produzidas pelo enviado

Sertão do Pajeú para o Sertão de Piranhas e Piancó, atingindo os riachos de Santa Inês e Riacho da Mata que desaguava no Rio Piancó, principal afluente do Rio Piranhas (cf. Figura 5).

⁴ Registro de sesmaria. Documento N°. 378. 20 de Maio de 1750. (cf. TAVARES, 1982 [1909], p. 211).

dos holandeses às terras sertanejas da Capitania do Rio Grande, chamado Roulox Baro, que veio ter, no ano de 1647, com o chefe dos índios Janduí, em busca fortalecer uma oposição indígena ao domínio português nos interiores (BARO, [1647] 1979). Logo, esta questão também contribuiu muito para que o Estado Português estimulasse a consolidação da Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó, na medida em que o seu erguimento trazia para aquelas dos sertões ermos, fincados nos limites entre a Paraíba do Norte e o Rio Grande, fortalecimento da presença do Estado Português e de sua ordem.

Portanto, as investidas colonizadoras estavam em sintonia com a intenção de consolidar o domínio sobre o Sertão de Piranhas, já que em um sentido mais amplo da dinâmica imperial portuguesa, havia uma política de expansão para o extremo norte do Brasil que a Coroa Portuguesa vinha projetando desde o século XVII que, inclusive, para isto, intentava encontrar e consolidar caminhos por via terrestre que ligassem os dois estados em que a colônia, durante um tempo esteve dividida, os Estados do Brasil e do Maranhão e Grão-Pará.

Desde 1695, circulavam correspondências⁵ entre Dom João de Lencastro, governado do Estado do Brasil, e Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, governador do Estado do Maranhão, tratando da existência de um caminho que facilitava a comunicação entre esses estados, que em outros documentos surge com o nome de “Caminho do Brasil”⁶. Nesse contexto de encontrar estradas de ligação com o norte e aprimorar a segurança destas, o mesmo Dom João de Lencastre escreveu, em 1695, ao Capitão-Mor da Capitania da Paraíba, Manuel Nunes Leitão, “sobre mandar prover com ‘Aldeias os postos dos Rios Jaguaribe, Assú, e Piranhas’ ”, dizendo o seguinte:

Vossa Mercê me responde à Carta que lhe escrevi em 4 de Novembro do anno próximo passado (sobre a ordem que teve de Sua Magestade para se proverem com

⁵ Antonio de Albuquerque Solto Maior (a quem Vossa Senhoria remetteu a primeira carta, que me escreveu, digo que se serviu escrever a este governo em 15 de Julho do anno passado de 694, sobre as disposições de poder haver communição por terra entre esse e este Estado [do Brasil]) me veio trazer pessoalmente e a recebi em 19 deste mez. E no mesmo tempo em que eu celebrava o particular serviço que Vossa Senhoria fazia a Sua Magestade desvelando-se tanto na execução de suas reaes ordens para se facilitar o caminho que ha tantos annos se procura, e o reciproco beneficio, que delle ha de resultar a uns, e a outros Povos. (BIBLIOTECA NACIONAL, 1937, p. 351).

⁶ CARTA do governador [do Estado do Maranhão e Grão-Pará], Antônio de Albuquerque Coelho [de Carvalho], ao rei [D. Pedro II], sobre o aviso que remeteu ao cabo das tropas dos [Bandeirantes] Paulistas, que se encontravam nos distritos vizinhos, como as serras de Iguapeba na costa do Ceará, solicitando o seu apoio nas lutas contra os Tapuias de Corso, ajudando à sua extinção naquela região, bem como ao descobrimento do **novo caminho do Brasil**. (1692, Junho, 21, Belém do Pará; AHU - Maranhão; Cx. 1; D. 110).

Aldeias os postos mais principais dos Rio Jaguaribe, Assú, e Piranhas, ordenando a Vossa Mercê, que provesse logo o das Piranhas com a Aldeia que chamam Mamanguape, e Tapuyas Cariris, e com vinte soldados escolhidos, e um Cabo de satisfação à ordem de Custodio de Oliveira, a quem patente de Capitão-mor das Piranhas, Cariris, e Pinhancós: encarregando eu muito particularmente a Vossa Mercê a execução desta ordem de que me daria conta, em Carta sua de 22 de Março deste anno, que informando-se de pessoas daquelles Sertões, não havia novas de Tapuyas, e nunca, outra tal se vira por ahi, e parecia que se haviam passado a outra terras. Os que informaram a Vossa Mercê lhe occultaram a verdade, porque no mesmo tempo me fizeram aqui petições alguns donos de curraes que tem no Pinhancó, donde se padeceram algumas hostilidades de Tapuyas que mataram mais de doze pessoas, e muito gado, roubandolhe as casas com tal ferocidade, que não há quem queira ir assistir naquelles curraes, e ficam perdidos todos os gados: o que eu não acabava de crer, pela supposição de estar provido o posto das Piranhas, e pela confiança que faço de Custodio de Oliveira de cuja jurisdição são os Pinhancós. Sua Magestade torna a recomendar a guerras dos Bárbaros, que tinha agora é mais necessária, não so pela segurança dos moradores dessas Capitanais, e interessados desta, mas pela do novo Caminho [do Brasil] que se abriu do Estado do Maranhão, até esta praça [da Bahia], como Sua Magestade mandou: pois se não desimpedir dos Barbaros, se não poderá freqüentar por elle a comunicação dos dois Estados. Vossa Mercê mande logo prover o dito posto na fôrma da minha ordem, e de a Custodio de Oliveira que acuda àquella fronteira dos Pinhancós, e tenha toda a vigilância na segurança dos moradores dessa Capitania, e lugares que pela patente lhe encarreguei e de Vossa Mercê o haver feito assim me dê logo conta para o ter entendido e a dar a Sua Magestade Deus guarde a Vossa Mercê. Bahia, e Maio 21 de 1695. (BIBLIOTECA NACIONAL, 1937: 337-338)

Através da carta acima, pode-se perceber o quanto a Coroa Portuguesa estava preocupada com a consolidação do domínio sobre o já mencionado “Caminho do Brasil” e para que este se confirmasse era necessário que as regiões sertanejas das Capitanias do Ceará, Rio Grande e Paraíba fossem “pacificados”, logo, a “Guerra dos Bárbaros” passava a ser muito importante e esta deveria ser retomada.

Ademais, é necessário salientar que a tríade citada de lugares, era uma sequência de lugares polarizados por rios e isto não era de estranhar, já que o leito dos rios ou as suas margens foram as primeiras vias de locomoção utilizadas durante o tempo colonial. Em uma ambiência em que a existência de água é imprescindível para a permanência humana e que este não é permanente, a presença dos rios passa a ser fator de facilitação do processo de adentramento de seus espaços por parte dos colonizadores forasteiros e ao mesmo tempo, fonte de disputa, na medida em que, naquela época, não haviam elementos técnicos e tecnológicos que auxiliassem os homens na captação de água e, no mesmo sentido, fazia com que o homem dependesse muito mais da natureza e do que ela tinha a oferecer. Logo, a água e os caminhos abertos por ela, passavam a ser elementos ambientais de centro no processo de

reocupação do sertão parte dos colonizadores fossem eles não-indígenas ou indígenas aliados ou próximos aos interesses da Coroa Portuguesa.

Mesmo assim, isto também justifica o fato de a nomeação do sertão estudado nesse texto ser conhecido pelo nome de seus rios principais. O que demonstra, mais uma vez, o nível da importância social e econômica que esses exerciam nesse lugar. Especialmente, naquele momento do início e da consolidação da economia criatória bovina que, durante a crise do açúcar, enfrentada na Paraíba e em outras capitanias, especialmente após a expulsão dos holandeses, impulsionava com maior força a multiplicação e entrada dos rebanhos para os interiores, dado que no litoral havia restrições a sua presença para não prejudicar ou concorrer com a produção açucareira.

Mas o que chama a atenção é a importância que é dada ao Sertão de Piranhas/Açú, o que denota o quanto a sua ocupação por colonizadores forasteiros, foi acompanhada “de perto” pela Coroa Portuguesa, já que as suas passagens eram importantes para a conservação do “Caminho do Brasil”, a via de comunicação com o extremo norte da colônia. Inclusive, ainda no século XVII, a orientação era de logo instalar um arraial, o Arraial de Piranhas, o que denota o seu caráter militar inicial e sua contribuição na luta pela conquista da terra do “gentio”. O próprio governador da Paraíba, Manoel Soares de Albergaria, assim escreveu para a Coroa, dando detalhes de como se encontrava as ações de conquista em Piranhas:

No princípio do ano de 97 veio a esta cidade o Capitão Mor das Piranhas e Piancó, Teodósio de Oliveira Ledo, e me informou o estado em que se achavam os sertões daquele distrito despovoado das invasões e destrago que os anos passados fizeram neles o gentio bárbaro Tapuia e que era mui conveniente, que estes se tornassem a povoar com gados e currais, assim pela utilidade que resultava a real fazenda de V. Magest. Pelo crescimento dos dízimos, como pela conveniência de toda esta Capitania, pela muita quantidade de gados, que naqueles sertões se apassetam e abundancia de pastos que neles há, para o que lhe era necessário que eu o ajudasse dando-lhe algum gente e munições para nas ditas Piranhas fazer arraial e dar calor para se irem povoando; trouxe consigo Senhor uma nação de Tapuias chamados Ariús, que estão aldeados junto aos careris, aonde chamam Campina Grande, e querem viver como vassallos de V. Magestade e reduzirem-se a nossa Santa Fé, dos quais é principal um tapuia de muito boa traça e muito fiel. Segundo o que até o presente tem mostrado chamado Cavalcanti, os quais foram com o dito Capitão Mor e quarenta careris e dezesseis indios, que tirei das aldeias e dez soldados desta praça. Mande-lhe concertar as armas e dar-lhe quatro arrobas de pólvora e balas, a esse respeito, e quarenta alqueires de3 farinha e algumas carnes para a viagem do dito Capitão Mor um religiosos de Santo Antônio, a quem encomendei, muito particularmente, a conversão daquele gentio e o muito que se devia empregar, em ganhar aquelas almas. Pela Carta que o Capitão Mor me escreveu, que com esta vai, verá V. Magest. o bom sucesso, que Deus Nosso Senhor, foi servido dar-lhe. Estou esperando pelo Capitão Mor para fazer outra entrada e me consta se vão ajuntando muitos gados para ir povoar as Piranhas, aonde se

deve fazer o arraial para segurança daqueles povoadores e confusão do gentio. As quatro presas mandei entregar ao Provedor da Fazenda, que mandou rematar por quarenta mil réis. A Católica e Real pessoa do V. Magestade, guarde Deus muitos anos. Paraíba, 14 de maio de 1699. Manoel Soares de Albergaria.⁷

O que se pode perceber é que o Sertão de Piranhas, enquanto lugar no qual se fundou forças econômica, políticas e militares, estava mergulhado na dinâmica da configuração territorial do poder do Império sobre os interiores do norte, dado que ele também era um portão de passagem dos caminhos por onde circulavam sujeitos, homens e mulheres, que carregavam diferentes interesses voltados para os lugares que chamamos de fronteiras. Fronteiras essas que eram também espaços que serviam para as conquistas da Coroa e, atrelado a isto, o aumento de suas fazendas e ampliação de seus súditos.

Nesse sentido, governantes representantes da Coroa como Albergaria ou Lencastre, articulavam-se em busca de interligar não só lugares, mas também os poderes locais com os poderes do Estado, de modo que esses caminhos abertos, citados no decorrer desse texto, levavam o Sertão de Piranhas a estar inserida na rede econômica e territorial que permitia a dinâmica de interdependência e de intercomunicação existentes entre os próprios espaços componentes da América Portuguesa que, no que se refere aos espaços sertanejos, tratados muitas vezes tratados como espaços “vazios” que deviam ser “povoados”, tiravam vantagens inclusive das distâncias dos centros de poder, pois, isto lhes assegurava certa autonomia. Autonomia esta que, as diferentes correspondências e consultas trocadas entre o Reino e a colônia, demonstram que o Reino buscava administrar, como se deu com a ocupação e transformação da Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó que foram acompanhadas constantemente pela Coroa Portuguesa.

Referência Bibliográfica

BARO, Roulox. Relação da viagem ao país dos tapuias, 1647. In: MOREAU, Pierre; BARO, Roulox. **Histórias das Últimas Lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias**. Belo Horizonte: Itatiaia, [1647]1979. p. 91-128. (Reconquista do Brasil, 54).

BIBLIOTECA NACIONAL. **Documentos Históricos**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 38, 1937.

⁷ CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. Pedro II, sobre a carta do capitão-mor da Paraíba, Manuel Soares de Albergaria, acerca da gente e munições que deu ao capitão-mor dos Sertões das Piranhas e Piancó, Teodósio de Oliveira Ledo, para entrar no sertão contra o gentio tapuia (1699, setembro, 3, Lisboa; AHU-Paraíba; Cx. 3, D. 226).

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

CORRÊA, Antônio Carlos de Barros. et al. Megageomorfologia e morfoestrutura do Planalto da Borborema. **Revista do Instituto Geológico**, São Paulo, v. 31, n. 1/2, p. 35-52, 2010. ISSN 0100-929X.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **Na trama das redes: política e negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

JOFFILY, Ireneo. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília, DF: Thesaurus, 1977 [1892].

JUCÁ, Clovis Ramiro. **Vilas, Povoados e Estradas do Ceará Colonial: os caminhos da ocupação territorial**. X Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Florianópolis: [s.n.]. 2007. p. 1-22.

SEIXAS, Wilson. Pesquisas para a história do sertão da Paraíba. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, João Pessoa, n. 21, p. 51-84, 1975.

STURDAT FILHO, Carlos. Vias de comunicação do Ceará Colonial. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v. 51, p. 15-47, Março 1937.

TAVARES, João de Lyra. **Apontamentos para a História Territorial da Parahyba**. Brasília: Senado Federal, 1982 [1909].